

Crises marcam o pior ano na história política de Sarney

Memélia Moreira

Na história política do presidente José Sarney, o ano de 1987 será gravado com uma palavra: crises. Elas foram as mais graves e duradouras já enfrentadas por um presidente da República nos últimos 20 anos. Seu mandato esteve equilibrado entre o humor e as negociações dos inúmeros grupos que integram a Assembleia Nacional Constituinte, uma inflação teimosa e a pesada herança da dívida externa, contraída durante o ciclo militar.

Ele oscilou entre a quase-renúncia, em maio; a tragédia da morte do ministro Marcos Freire, em setembro; a derrota na Comissão de Sistematização, em novembro, com seu mandato reduzido para quatro anos; para culminar, as vaia, nas mesmas praças públicas que o aplaudiram durante o Plano Cruzado I. As vaia foram acompanhadas por um duro grito: "Fora Sarney", em Belém, no dia 23 de novembro último. Depois disso, já no final do ano, o Presidente anunciou a intenção de não mais interferir no processo da Constituinte. E não discute mais.

Logo no início do ano, ainda em janeiro, Sarney, embalado pela esmagadora vitória do PMDB em todo o País, pretendia desencadear a caminhada para o "pacto nacional". E o ministro da Justiça, Paulo Brossard, foi designado "emissário" junto aos governadores. Com eles, Sarney pretendia iniciar o pacto. No dia 14 de janeiro, uma quarta-feira, Sarney abriu os salões do Alvorada para jantar com os governadores. No discurso, um apelo: "Tenham a coragem de assumir o Governo".

Neste mesmo dia, à tarde, o governador da Bahia, Waldir Pires, em reunião fechada do PMDB, dizia: "Precisamos endurecer no tratamento da dívida. Não é possível que países ricos continuem mantendo a sangria com engrenagens montadas para eliminar os países pobres do mapa".

Da missão Brossard, nenhuma notícia se tem até hoje. E os governadores não manifestaram nenhuma disposição para "assumir o Governo", conforme o apelo de Sarney.

Apoio

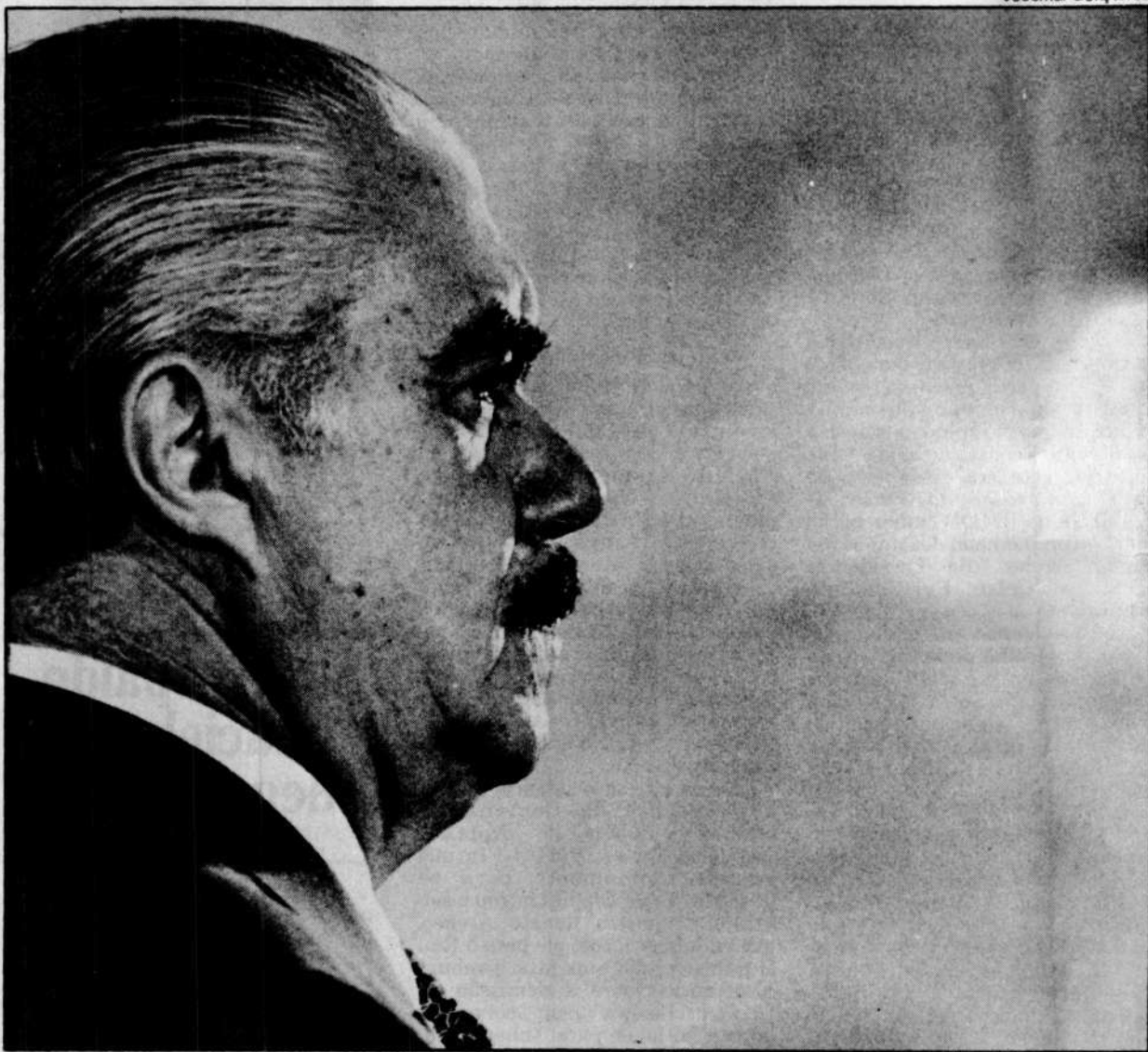
Ainda em janeiro, antes do final do mês, a crise se delineava: Não apenas a crise política. Mas, principalmente, a crise econômica. E Roseana Sarney, no dia sete de janeiro, previa para abril o fim da crise. A Constituinte tomou posse no dia 1º de fevereiro e Sarney começava a tentar resgatar o apoio dos congressistas que se mostravam "rebeldes".

A declaração da moratória, dia 20 de fevereiro, 19 dias depois de iniciados os trabalhos da Constituinte, foi a primeira tentativa do Presidente de criar um clima de entendimento com os governadores. Bandeira de luta do PMDB, reivindicação dos governadores recém-eleitos, a moratória, declarada após uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, não foi suficiente para sensibilizar os políticos.

Sarney esperava apoio, aplausos. Os discursos proferidos foram poucos e até os mais ardorosos defensores da moratória, entre eles o senador Fernando Henrique Cardoso, calaram-se. O Presidente começou a se decepcionar com seu partido e a perceber que seu projeto de pacto naufragava.

Sem apoio dos partidos (particularmente do PMDB), o Presidente buscou então o respaldo de outros segmentos. Primeiro, os empresários, em São Paulo, durante um almoço. O Presidente ouviu críticas contra seu ministro da Fazenda e lá se traçou a queda de Funaro. No dia quatro de abril, Sarney reúne na Granja do Torto as representações dos trabalhadores. Foi uma longa reunião, com a presença dos sindicalistas Jair Meneguelli (CUT) e Joaquim dos Santos Andrade (CGT).

Sarney saiu do encontro satisfeito. No seu entender, estava dado "o primeiro passo". Mas, na verdade, os interlocutores se encontravam em compassos distintos. Meneguelli repudiava o pacto. Disse ele: "Pacto só será possível quando o salário dos trabalhadores for justo".



Entre as hesitações e as crises político-econômicas, Sarney passou por um ano difícil

No desabafo, queixa contra o PMDB

Apesar das fracassadas tentativas em obter um pacto político que desse estabilidade ao Governo, o presidente Sarney insistiu no projeto. Foi em busca de apoio junto à comunidade científica. Em junho, ele reuniu-se com a chamada "intelligenzia" brasileira. Do encontro resultou um documento, assinado por todos os participantes, oportunidade em que o Presidente fez um longo desabafo: "O PMDB não me deu apoio. Não usa sua hegemonia para concretizar o pacto."

Entre um encontro e outro, o Presidente surpreendeu a Nação com um pronunciamento de 24 minutos fixando seu mandato em cinco anos e propondo o presidencialismo como sistema de governo. Ai se deu a ruptura e o senador José Richa, que até então evitava criticar publicamente o presidente Sarney, passou para o grupo do PMDB que desde o início do ano não poupou o Presidente, ora protestando contra as intervenções do Executivo junto à Assembleia, ora reivindicando mais espaços na administração.

O anúncio da fixação unilateral do mandato foi precedido das quedas do ministro João Sayad, do Planejamento (pelos choques com o então ministro Dilson Funaro, da Fazenda), e do próprio Funaro, por não ter entrado no ritmo do secretário particular e genro de Sarney, Jorge Murad. Uma semana após o pronunciamento presidencial, o ministro Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, pediu as contas e deixou o gabinete, coerente com sua defesa do mandato de quatro anos.

A partir daí, a já precária base de sustentação política do Presidente no Congresso Nacional deteriorou-se de vez. O líder político do Governo, escolhido pessoalmente por Sarney para atuar na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, não conseguiu, em nenhum momento, se fazer ouvir. Em suas mãos, dezenas de cargos para serem preenchidos. Mas Sant'Anna não conseguiu se impor. Foi atropelado pelas distintas lideranças emergentes na Constituinte. E até o PFL, que sempre se mantinha fiel, começou a dar sinais de rebeldia. A saída de Marco Maciel, ministro-chefe do Gabinete Civil, desencadeou o processo de afastamento. Maciel saiu e responsabilizou Roseana Sarney pelos desentendimentos com o Presidente.

Na outra ponta do quarto andar do Palácio do Planalto, onde funciona o gabinete de Roseana, outra crítica: Maciel se tornou um obstáculo para o Presidente manter entendimentos com o

PMDB. O ministro transformara o Gabinete Civil em sala de despachos do PFL.

Exaustão

Setembro chegou com as atenções voltadas para os pronunciamentos das Forças Armadas pelo Dia da Pátria. Na parada militar, Sarney era a imagem de um homem tenso. Ao lado de seus ministros, ele demonstrava inquietação. A tensão se refletia nas fortes dores de coluna e no dia seguinte ao desfile militar, uma tragédia: caiu o avião que transportava Marcos Freire. Sarney perdeu, mais um ministro da Reforma Agrária. E, desta vez, em condições que o abalaram profundamente, principalmente porque Freire não queria deixar a presidência da Caixa Econômica Federal para ser ministro.

Outras surpresas, entretanto, aguardavam o Presidente ainda em setembro. Marco Maciel anunciou o rompimento da Aliança Democrática. Jorge Borhausen (PFL) deixou o Ministério da Educação e Sarney, se disse liberado para montar o seu próprio Governo.

Anunciou-se então o Governo Sarney", uma ampla reforma ministerial e mudanças de toda natureza. Mais uma vez, porém, a falta de apoio e as hesitações presidenciais, impediram a promoção das reformas. A influência do presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, se fazia sentir no terceiro andar do Palácio do Planalto. Sarney recuou e fez apenas remanejamentos. A única vítima do rompimento foi o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Ele caiu, mas frustrou o PFL. Seu substituto foi um homem de confiança de Ulysses, o ministro Renato Archer.

Exigência

E o Centro Democrático, movimento surgido dentro do Congresso Nacional, exigiu também um ministério. Ganhou o da Saúde, com Borges da Silveira, deputado paranaense do PMDB, que agora reivindica o desmembramento das unidades sanitárias vinculadas ao Ministério da Previdência para levá-las para o Ministério da Saúde, engordando assim uma pasta politicamente fraca.

Enquanto as crises políticas influenciavam as pequenas alterações na administração federal, a Constituinte fechava o cerco no debate sobre sistema de governo e mandato de Sarney. O Presidente, em recado transmitido pelo então porta-voz Frota Neto, fez pressão, e disse que quem

não votasse pelo presidencialismo estaria fora do Governo. O recado foi dado depois da inútil tentativa de obter apoio individual, com um documento elaborado pelo próprio Sarney e que não chegou a receber mais de 100 assinaturas.

O parlamentarismo foi aprovado pela Comissão de Sistematização e, se não bastassem as crises políticas, o Presidente enfrentou mais uma: a rebeldia de setores militares. O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, foi obrigado então a um exercício de relações públicas, em uma ampla entrevista no portão leste do Palácio do Planalto. "Quem quiser que teste", disse o general, referindo-se às entrevistas dos capitães que diziam não haver comando nas Forças Armadas. A rebeldia durou até o dia em que foi anunciado o percentual de aumento para os militares.

Uma nova derrota foi imposta ao Presidente. A Comissão de Sistematização, num domingo, aprovou o mandato de quatro anos. E Sarney mandou novo recado: agora, só vai tratar da administração e aceita o resultado da Constituinte, seja qual for. O porta-voz foi o ministro Costa Couto. O recado não era apenas mais uma demonstração de retórica. Sarney, desde a decisão pelos quatro anos, decidiu, firmemente, não mais colocar o assunto em pauta. E mais, considera "irreversíveis" as eleições no ano que começa dentro de alguns dias.

Nem bem se refez da derrota, o Presidente foi informado de mais um movimento dentro da Constituinte: o "Centrão". No grupo, amigos de Sarney. Entre eles, Roberto Cardoso Alves, Expedito Machado e os peemedebistas que protestam contra a "ditadura da minoria". O "Centrão" tenta-se identificar como base política de Sarney, embora o Presidente continue preferindo mantê-lo a prudente distância.

Depois da derrota na Sistematização, o Presidente foi a Belém, sendo vaiado por um grupo de manifestantes. A violência policial transformou a manifestação em grande protesto e Sarney, no seu discurso, criticou aqueles que "só vêm o pessimismo", dizendo ainda que estes são minoria.

Mas as agruras do Presidente não se encerraram em Belém. Na última sexta-feira, rompendo um ritual da tradição brasileira de que as crises não ocorrem no período de festas e o País só retoma seu ritmo político após o Carnaval, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, pediu demissão do cargo.